

# GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS ÉTICO-POLÍTICAS<sup>1</sup>

**TENNESSY MNEMOSYNE**<sup>2</sup>  
(tennessy@gmail.com)

**MAURÍCIO CAVALCANTE**<sup>3</sup>  
(mauricoriosfil@gmail.com)

**MARCELO MATOS**<sup>4</sup>  
(celeza@terra.com.br)

**LEILA BRIZENO**<sup>5</sup>  
(leila.brizeno@ig.com.br)

**JAQUELINE ARAÚJO**<sup>6</sup>  
(jaquelinearaujo@bol.com.br)

**ALINE ALVES BANDEIRA**<sup>7</sup>  
(alineban@tutopia.com.br)

A globalização é um processo de internacionalização, tendo como uma das suas características a perda de poder por parte dos Estados-Nações sobre o seu território para mecanismos e empresas transnacionais. A globalização intensifica as relações sociais, passando a formar uma rede comunicacional, configurando a sociedade da informação. No entanto, uma parte da população está ausente desta rede e/ou sem perspectiva, a longo prazo, de serem incluídas. Ao mesmo tempo, que esse processo tenta concluir as promessas do "projeto da modernidade", tende a aumentar o fosso social entre aqueles que participam e não participam dessa sociedade mundial. Outra característica da contemporaneidade é o privilégio de uma racionalidade instrumental em detrimento de uma racionalidade ética, do mundo do sistema em detrimento do mundo da vida. Assim, configura-se um paradoxo, pois os problemas que causam riscos à sociedade na maioria das vezes, não são resolvidos pela via técnica. Quando isso acontece, os riscos tendem a se agravar pelo fato de não haver como avaliar as conseqüências desta via. Nesse contexto, assistimos o conceito de sociedade da informação se reduzir aos seus aspectos técnicos, sendo a democratização da informação associada apenas à disponibilização de recursos tecnológicos, concebendo essa ação como uma inclusão dos indivíduos na sociedade da informação. Quando deslocamos essa discussão para uma sociedade do conhecimento (ou ainda de uma sociedade de aprendizagem), deslocamos o aspecto técnico para o ético, já que a questão não se resume ao acesso indiscriminado à informação, mas a capacidade do sujeito de construir relações entre as informações adquiridas produzindo conhecimento, resignificando-as. Há uma necessidade de uma análise ampliada da idéia de informação e sociedade da informação, pois existe um contexto ideológico trabalhado pela globalização que valoriza o sistema de técnicas em detrimento do seu uso político. Assim, remetemos tais conceitos a uma perspectiva epistemológica, ética e sócio-política.

Palavras-chave: globalização, sociedade, informação, técnica, ética.

---

<sup>1</sup> Trabalho efetuado no âmbito da REDPECT – Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção sobre (In)formação, Currículo e Trabalho (ICI/FACED) da Universidade Federal da Bahia. Este grupo de pesquisa conta com o apoio do CNPq, FINEP e FAPESB. Todos os autores desse trabalho, com exceção de Jaqueline Araújo, são integrantes da REDPECT.

<sup>2</sup>Mestrando em Ciência da Informação (ICI/UFBA), Professor do Departamento de Ciências Contábeis (FCC/UFBA), Graduado em Ciências Contábeis (FCC/UFBA).

<sup>3</sup>Graduado em Filosofia (FFCH/UFBA).

<sup>4</sup>Mestrando em Educação (FACED/UFBA), Graduado Psicologia (FFCH/UFBA), Bolsista da CAPES.

<sup>5</sup>Graduada em Economia (FACCEBA), Aluna Especial pelo Programa de Pós Graduação em Economia (FCE/UFBA).

<sup>6</sup>Graduanda em Ciências Sociais (FFCH/UFBA).

<sup>7</sup>Mestranda em Ciência da Informação (ICI/UFBA), Especialista em Direito Administrativo (UFBA) e Graduada em Direito (UCSAL-BA).

## **INTRODUÇÃO**

economia política Educação, tecnologia, informação,

A singularidade do atual período histórico está centrada numa ideologia dominante que vem causando transformações no discurso da economia política: A dita Globalização. Fundada no neoliberalismo, podemos observar tais mudanças numa redução do poder do Estado em intervir nas relações de produção, distribuição e circulação do capital (fluxo financeiro). Novos comportamentos sociais surgem em decorrência deste processo onde a competitividade comanda nossas formas de ação, o consumo comanda nossas formas de inação e a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos (SANTOS 2000, p. 46).

A influência marcante das novas tecnologias nas estruturas sociais, favorecendo novos padrões de interação social no que se refere ao intercâmbio de informações na sociedade globalizada, afeta a conduta e as atividades das sociedades, das relações dos indivíduos sociais (CASTORIADIS, 1982) com as instituições, desde a família, o Estado, até organismos supranacionais.

O homem descobriu um novo modo de se relacionar com o mundo – a realidade virtual. Através de dispositivos que transmitem ao usuário as palavras, as imagens, os sons e as sensações dos mundos simulados, é possível atuar, mover-se e comunicar-se através do computador de forma similar com o que se faz na vida cotidiana.

A ideologia do presente contexto reflete um mundo interligado política, social e economicamente, a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A economia tem o papel preponderante como difusor do processo de globalização (processo este que gerou em seu interior expressões como Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento e Nova Economia).

A predominância do capitalismo neoliberal, irradiado a partir dos países “centrais”, opera financeiramente em grande parte do mundo: maciços investimentos são movimentados, principalmente em bolsas de valores, com intensa velocidade, onde as transações são controladas por redes eletrônicas.

O desafio apresentado é compreender como se dá a globalização, em espaços cada vez menos geográficos e físicos rumo a uma mundialização da vida, tecida numa teia inseparável da circulação da informação.

É interesse da Ciência da Informação – uma ciência nova, de característica interdisciplinar, que busca se instituir e se consolidar como área de conhecimento diversa, em sua natureza, das ciências mais tradicionais – investigar os *vetores* presentes nesses fenômenos sociais (globalização, sociedade da informação, sociedade do conhecimento), identificando as forças operantes do ambiente, sua estrutura, bem como as aspirações que as animam e as conseqüentes alterações que sofrem.

## **GLOBALIZAÇÃO**

O fenômeno da globalização não é algo recente, “é um conjunto de processos, que vem se desenvolvendo com acelerações e desacelerações ao longo dos últimos cinco séculos” (VILAS, 1999). Vemos, ao longo da história, períodos de abertura ou internacionalização da economia, a exemplo, das grandes navegações, do colonialismo e do mercantilismo europeu etc.

[...] é parte integrante de um modo de organização econômica e social profundamente desigualador, baseado na exploração dos seres humanos e na depredação da natureza: um modo de organização social e econômica que associa o progresso de alguns com as desventuras de muitos; o êxito com o desalento; a abundância com o empobrecimento (VILAS, 1999, p. 23).

Os propagados discursos sobre globalização personificaram o último quarto do século XX como portador de “ímpares oportunidades”, que pretendem justificar a inserção e o acesso dos países periféricos nesta lógica de desenvolvimento como sendo propiciadora de “um progresso e bem-estar universal”, com a diminuição progressiva do Estado num processo homogêneo. Marcadamente...

[...] ao longo das décadas de 1980 e de 1990 e o concomitante processo de ‘globalização’ econômica estão associados à redução do poder da maioria dos estados nacionais e à emergência de atores políticos de dimensões transnacionais configurando ‘regimes de governança’ internacionais como expressão da maior interdependência entre os países. Esses regimes, frequentemente, inscrevem-se na matriz do ‘pensamento único’<sup>1</sup>, da qual fazem parte conceitos como a liberalização da economia, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação do mercado, a concorrência e a competitividade, o livre-comércio sem fronteiras (BEMFICA, p.1-2, 2002).

O pensamento único é considerado, “em termos ideológicos, dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular do capital internacional, em ‘interesse

geral' com pretensão universal. Suas fontes principais são as grandes instituições econômicas e financeiras – Banco Mundial (*WB – World Bank*), Fundo Monetário Internacional (*IMF – International Monetary Fund*), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização Mundial do Comércio (*WTO – World Trade Organization*), Comissão Européia, *Bundesbank*, *Banque de France*, etc. – que através do seu financiamento, alistam centros de pesquisa, universidades, fundações, a serviço de suas idéias, os quais, por sua vez, aprimoram e difundem a boa palavra por todo o planeta” (RAMONET apud BEMFICA, p. 1, 2002).

Compreendendo que o discurso ideológico da globalização é a referência para o que se chama Sociedade da Informação (SI), é necessário estar atento ao fato de que a idéia de globalização coincide, muitas vezes, com o discurso do neoliberalismo, de um capitalismo que está promovendo a construção de um espaço unipolar de dominação (SANTOS, 2000).

Este cenário realça um otimismo, que poderíamos adjectivar como eufórico e até leviano, de que com o uso das TIC's a chamada “Sociedade da Informação” seria capaz de formar um mundo mais democrático e solidário. No entanto, o que se observa é a implantação de um processo totalitário, que quer dominar o mercado, as técnicas, a política, a partir do modelo dos países “centrais”. Não será a globalização um etnocentrismo contemporâneo? Um discurso que explicita a democracia, mas que em seu âmago é totalitário? A globalização como fábula, imagem ou ideologia pode ser notada em expressões como “aldeia global” que presume uma idéia de difusão da informação ao alcance de todos a partir do encurtamento do tempo e espaço (SANTOS, 2000).

A imagem produzida pelo discurso neoliberal da globalização é tão poderosa que influenciou drasticamente imaginações políticas, a exemplo da criação de ousados projetos “para a entrada na Sociedade da Informação”. A idéia de uma economia global vem emergindo na variedade das corporações transnacionais que não devem lealdade alguma ao Estado-Nação, culturas e processos sociais (HIRST E THOMPSON, 1998). Não apenas desconsideram os territórios nos quais se implantam como, também, geram uma competitividade entre estados, bem como dentro do próprio estado. Consequentemente, a idéia de SI é produto dessa nova ideologia, pois propaga a idéia que haverá a integração de informações desterritorializadas num contínuo fluxo comunicacional acessíveis a todos em qualquer momento.

Esse ideal sugere a necessidade de termos contato com informações em velocidade e quantidade para produzir conhecimentos que acumulem mais capital ao sistema globalizado. Vale ressaltar, dentro desse ideal, a existência de dois paradigmas subliminares: a mensuração e a velocidade, que deram origem a dita economia digital, caracterizada não só pelo curto ciclo de vida dos produtos e serviços, como também pelo impacto das tecnologias avançadas de informação na redefinição da cadeia de valor e da cadeia de operações dos negócios. Com o avanço da cibernética, as inovações tecnológicas e a informação possibilitaram a redução de mão-de-obra, em razão da introdução da automação (uso de rotinas computadorizadas e de robôs) em processos produtivos promovendo uma condição de desemprego estrutural.

Essa adequação ocorre tanto na órbita microeconômica, na defesa da individualização das relações entre o capital e o trabalho, da livre negociação sem quaisquer parâmetros ou restrições, quanto no nível macroeconômico, através da proposição da derrubada de todas as barreiras que impeçam a livre mobilidade do capital em qualquer forma, bem como a reorientação da intervenção do Estado no sentido de viabilizar todas as formas de flexibilidade acima mencionadas.

Dentre as principais conseqüências do neoliberalismo político, Mancé (1999) observa o enfraquecimento da capacidade do estado em promover políticas que assegurem a cidadania (saúde, educação, previdência), uma vez que prioriza a estabilidade das moedas nacionais, através de políticas que privilegiem o capital financeiro em detrimento ao investimento em políticas sociais.

O neoliberalismo tornou-se o justificador das reformas políticas e econômicas presentes no mundo atual. Embora no discurso promova a liberdade da sociedade civil, o neoliberalismo amplia a liberdade dos grandes agentes econômicos internacionais (grandes corporações, bancos, entidades multilaterais, grandes investidores etc.) e restringe as liberdades públicas (ações de organismos públicos e de entidades da sociedade organizada) em sua dimensão material, tanto pelo desmonte das instâncias de mediação estatais estabelecidas com esse fim, quanto pela subtração de condições materiais de uma grande parcela da sociedade que fica marginalizada do processo produtivo e de consumo. Nos dois casos, como salienta Mancé (1999, p.2) “a liberdade pública fica prejudicada em benefício da liberdade do grande capital”.

## **SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

A informação depende de atores que a conceituam, interpretam, contextualizam, distorcendo, omitindo ou difundindo. A confusão dos sentidos, das noções, são reflexos da diversidade na subjetividade, ou da subjetiva diversidade humana. Sem o ator humano, nada se diz, nada se fala, não há interpretações, sentidos, forma, técnica, tecnologia ou ciência (MNEMOSYNE, 2004, p. 383).

A imprecisão que envolve a noção de informação coroará a de “sociedade da informação”. **A vontade precoce de legitimar politicamente a idéia da realidade *hic et nunc* desta última justificará os escrúpulos da vigilância epistemológica.** A tendência a assimilar a informação a um termo proveniente da estatística (*data*/ dados) e a ver informação somente onde há dispositivos técnicos se acentuará. **Assim, instalar-se-á um conceito puramente instrumental de sociedade da informação.** Com a atopia social do conceito apagar-se-ão as implicações sociopolíticas de uma expressão que supostamente designa o novo destino do mundo (MATTELART, 2002 p. 73).

O percurso sócio-histórico revela que é preciso tomar “cuidados maiores” ao aceitar ou mesmo efetuar considerações a respeito de um fenômeno (SI) que emerge “naturalmente” no contexto das sociedades como se fosse arrizo. Um fenômeno que possibilitasse “conduzir ou elevar as sociedades” a um patamar de SI. Sociedades que como humanidade que constituem, registram historicamente mais de 50.000 anos de relações do homem com imagem, e mais de 5.000 anos de relações do homem com a escrita, com os signos, com as palavras, com o texto, com o código, com o significado, com a informação... (MNEMOSYNE, 2004, p. 383).

À saga da conquista do espaço seguiu-se uma outra grande narrativa: a conquista da ciberfronteira. A primeira originou o clichê “aldeia global”. A segunda já cunhou a denominação “sociedade global da informação”. A ascensão irresistível das noções “sociedade da informação” e “era da informação” tornou-se assim indissociável da trajetória fulgurante do vocabulário da “era global”. Entre a lábria promocional, as proclamações oficiais, os manifestos informados e os estudos científicos ou semicientíficos, toda uma logística heteróclita de discursos apologéticos acompanha essas noções e pretende conferir-lhes um caráter de verdade. Anunciam-nos uma nova sociedade necessariamente “nova solidária, mais aberta e mais democrática” (MATTELART, 2002, p. 7).

Fundada mediante princípios do novo regime de acumulação capitalista, a dita SI, apresenta o modo de produção cada vez mais flexível, reversível e de alta

capacidade de reconfiguração em oposição ao modelo fordista cuja inviabilidade se deu pela rigidez e alto custo fixo (MNEMOSYNE, 2004).

Tais transformações estruturais foram responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento de mecanismos de informação e comunicação, que permitem transformar processos já existentes refletindo no vertiginoso aumento da produtividade e da lucratividade; eliminando cada vez mais as distâncias e possibilitando uma maior integração dos mercados, que operando em redes, permite a interconexão e a interoperação simultânea de clientes e fornecedores, independente da localização geográfica ou organização política.

Transformações essas que segundo Mancé (1999) tiveram grande impacto no perfil de qualificação dos trabalhadores diante da conseqüente reestruturação produtiva, isto implicou em outro quadro econômico, demandando novas especializações, criando assim novas formas; de exclusão social e divisão internacional do trabalho. Avanços que aparentemente, trouxeram a eliminação de milhões de postos de trabalho, exigindo não só a qualificação supracitada como também a relocação e readaptação do trabalhador em busca de empregabilidade. Os maiores excedentes gerados, pela maior produtividade, que propicia maiores margens de lucratividade para o capitalista, contraditoriamente, implica no maior índice de desemprego e em um aumento da precarização do emprego.

O quadro supracitado é responsável pelo mundial “drama do desemprego”, visto que a mudança na estrutura produtiva promoveu, a depender da indústria/ setor mudanças significativas: da jornada de trabalho /distribuição de renda; da luta pela manutenção do emprego e da cidadania; na concentração de renda; no aumento da pobreza e a exclusão social (RIFKIN, 1996)

Tal circunstância conduz o processo (in)formativo (educacional) do cidadão trabalhador, o qual mediante ao quadro de incerteza no mercado de trabalho necessita manter-se atualizado (educação continuada). Neste sentido segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT):

A educação é o elemento chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento de aprender e concretizar inovações (MCT, 2000, p.38).

É importante registrar o discurso do governo brasileiro à época que através do MCT ressalta que a educação numa SI significa muito mais que treinar pessoas para utilizarem as tecnologias de informação e comunicação, pois implica, também:

[...] em investir na criação de competências suficientes amplas que permitam que estas pessoas tenham atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento e operaram com fluência nos novos meios e ferramentas em seu trabalho, assim como aplicar de forma criativa as novas mídias, sejam em usos simples e rotineiros, como em aplicações mais sofisticadas. (MCT, 2000, p.38).

Novas formas de compreensão podem alterar a abordagem da SI para o foco na ética do ator social, ainda que se considere as TIC's - como ferramentas aptas a fomentar a troca de informações, agregando valores, e, em conseqüência, gerando conhecimento.

É a postura adotada pelas organizações, usuária e principal promotora das tecnologias, que pode transformar o cenário de exclusão sócio-cultural. Não reside no tecnicismo o meio de diminuir as disparidades entre os seres humanos, ou a conscientização acerca da dignidade da vida humana ou mesmo a salvaguarda dos recursos naturais do globo.

Torna-se importante não confundir informação, conhecimento e tecnologia, diante da exacerbação do papel das novas tecnologias, e do discurso pragmático e utilitarista que trata do conhecimento com vista a transformá-lo em tecnologia econômica e social. Tendência esta de pensar o conhecimento como valor de troca, transfigurado pela razão instrumental (MNEMOSYNE E FRÓES BURNHAM, 2003, p. 175)

## **MAZELAS SOCIAIS**

O contexto hodierno apresenta o ser humano fragmentado, fragilizado e impotente perante questões sociais seculares (resolução de conflitos, fome, epidemias etc.), vivenciando renovadas crises, promessas e constantes alardes sobre novos momentos, novos implementos, novas tecnologias, novas oportunidades. Discurso este que não é novo, tão pouco não é nova a notícia de que é maior a desigualdade social,

cada vez mais a riqueza está concentrada em mãos de uma minoria espelhando o conflito entre a ignorância (cega) e a evidência (sensível).

As instituições modernas afundaram em seu próprio sucesso. O mundo ocidental está sendo confrontado por questões que abalam as suas próprias premissas fundadas no seu próprio sistema social e político (BECK, 1995).

A política neoliberal em um de seus mais recentes discursos (o da SI), coloca por “pressupostos as tecnologias de informação e comunicação como motoras de mudança social, a supremacia do ‘livre mercado’ como organizador da sociedade e a informação como mercadoria cujo ‘livre fluxo’ é dinamizador da sociedade” (BEMFICA, p. 5, 2002). Falácia denunciada por um sem número de índices que alertam sobre as cada vez maiores diferenças sociais, entre uma minoria cada vez mais rica, e uma maioria cada vez mais distante de uma vida digna.

Se antes, na sociedade industrial, havia a utopia de que com o acúmulo do conhecimento e das invenções técnicas poderíamos tornar o mundo mais justo e igualitário a todos os seus habitantes, que poderíamos nos libertar da escassez, da necessidade e das calamidades naturais; se antes, os problemas sociais poderiam ser estancados a partir de soluções propostas e implementadas por especialistas (numa visão tecnoburocrática na qual o sociólogo trata da sociedade e o economista da economia) - imagem no qual se apoiou o *projeto da modernidade* -, cada vez mais esta lógica do acúmulo e da especialidade perde força naquilo que Beck (1995) chamou de *sociedade de risco*. Isto acontece, pois, as questões que tais problemas nos colocam, fogem a tentativa de explicá-las através de uma causa única. Na verdade, elas nos propõem o desafio de um pensar complexo nos fazendo considerar diversas *quase-causas* que influenciam o acontecer dos fenômenos. “As promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformaram-se em problemas para os quais parece não haver solução” (SANTOS, 2002 p. 29).

Numa época em que convivemos com uma variedade de riscos globais e pessoais. “O risco trata-se de aspectos inerentes a nossas ações, estão presentes no que quer que façamos e decorrem dos nossos atos; podem talvez ter seu tamanho reduzido, mas jamais são inteiramente eliminados” (BAUMAN, 2000 p. 150). Os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais, só não podem ser extintos, como vêm, cada vez mais, escapando das instituições de controle e de proteção da sociedade (BECK, 1995 p. 15). Isso acontece, pois, o resultado de um cálculo de uma dada situação de risco pode produzir uma outra situação de risco, sem que tenhamos parâmetros para julgar os

nossos atos. É exatamente esse estágio em que o progresso técnico-econômico pode se transformar em auto-destruição da própria sociedade.

É auto-evidente que a ideologia neoliberal, e a sua conseqüente prática a partir dos seus discursos, não dão conta das gritantes carências sociais. A questão é a de que os efeitos e as auto-ameaças produzidas pela sociedade industrial são tratados, num primeiro momento, como riscos residuais, não sendo, por isso, tratados como questões públicas nem como pontos de conflitos políticos. Numa segunda fase, estes riscos fogem ao controle de tais instituições que passam a ser seus produtores e legitimadores. “No auto-conceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria” (BECK, 1995 p. 19).

Destarte, somos atravessados, atualmente, por problemáticas sem nenhuma perspectiva de solução em curto prazo: a violência nas grandes cidades, a camada de ozônio que se desfaz, o desmatamento de áreas verdes, o sucateamento do ensino público, a preeminente falta de água, a injustiça social, a concentração das riquezas, as ameaças aos direitos humanos, o solapamento das culturas locais e nativas pelo conglomerado da cultura comercial; em suma, um murmúrio de questões mundiais repontadas (e pouco aprofundadas) que poderiam, mesmo sem muito rigor, ser elencadas sob o tema da *globalização*.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os conceitos da Sociedade da Informação e Globalização são idéias merecedoras de críticas devido à restrição (superficialidade) de suas definições em seu uso corrente. A informação é um ato que está presente em qualquer agrupamento humano, desde as épocas mais remotas da nossa história; pois desenvolver mecanismos que registrem e relacionem dados a respeito da natureza, conformando informação e conhecimento, é uma tendência inata de sobrevivência do ser humano. Tomemos, como exemplo, o uso da linguagem tanto oral, gestual como escrita, as pinturas rupestres, as formas mais rudimentares de calcular a quantidade de alimento e animais, tudo isso revela o uso da informação e a auto-evidência de que qualquer sociedade é de informação.

A ideologia vigente é de que estamos em plena “Era da Informação” e “Era da Globalização” devido ao avanço das tecnologias da informação e a expansão, bem como

intensificação, das relações econômicas, culturais, políticas e sociais. Mas o que devemos entender por globalização? Será o intercâmbio horizontal entre as diversas sociedades sem a tentativa de impor um modelo de um país? Ou é de fato uma nova unipolarização (SANTOS, 2000) que pretende realçar um padrão econômico e cultural no planeta? E essa dita globalização, será que alcança a todos?

A globalização, o ponto máximo da internacionalização do capitalismo neoliberal, é a imposição de uma forma de relação econômica que valoriza a competitividade, o consumo, a informação, a desterritorialização e as comunicações transfronteiras. Não será tudo isso tão virtual quanto a realidade criada por um computador? Seria a globalização uma nova metanarrativa, visto que, não está ao alcance de todos e impõe um ponto de vista que se diz democrático, mas que tenta realçar o padrão dos países centrais como se este fosse o ideal para toda e qualquer cultura?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1995.

BEMFICA, Juliana do Couto. **Estado, Mercado e Redes Transnacionais na Constituição da “Sociedade da Informação”: Um Estudo Sobre os Princípios Norteadores das Políticas para a Infra-Estrutura de Informação**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (Tese de doutorado em Ciência da Informação).

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HIRST, Paul. THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MANCÉ, Euclides André. **Globalização, Dependência e Exclusão Social: o caso brasileiro**. Conferência Realizada na Universidade Católica de Milão, Itália, em 20 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/dependencia.htm>>. Acesso em: 10 maio 2005.

MATTELART, Armand. **A História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA. **Livro Verde do Programa Sociedade da Informação**. Concluído em 9 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2005.

MNEMOSYNE, Tennessy. Investigações Epistemológicas a cerca da Sociedade da Informação. In: Anais [do] **V CIFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação/ Instituto de Ciência da Informação**, Programa de Pós-Graduação – Salvador: EDUFBA, 2004.

MNEMOSYNE, Tennessy. FRÓES BURNHAM, Teresinha. Sociedade da Informação: Um Conceito que Implica Relações de Poder. In: **Socializando Informações: reduzindo distâncias/ organizadores: Helena Pereira da Silva, Othon Jambeiro**. – Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: EDUFBA, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

VILAS, Carlos M. **Seis Idéias falsas sobre a Globalização**. Estudos de Sociologia, Ano 3, n.6, 1999, p. 21-61.